

Sábado, 31 de Outubro de 2026

Chefe de Gabinete do Presidente do TCE-MT é Presa em Operação por Desvio de R\$ 3,5 Milhões

Roseli Loss, assessora do presidente Sérgio Ricardo, é alvo de investigação da PF por saques de milhões em agência bancária.

A chefe de gabinete do presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Sérgio Ricardo de Almeida, Roseli Loss, tornou-se alvo de operação conduzida pela Polícia Federal nesta quinta-feira (29). A servidora é investigada por realizar saques sucessivos que somam R\$ 3,5 milhões em contas ligadas ao conselheiro, conforme apontam as autoridades federais em investigação batizada como Operação Tomada de Contas.

Segundo a decisão proferida pelo ministro Og Fernandes, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que fundamentou a operação e decretou a prisão preventiva da servidora, registros de câmeras de segurança comprovam as retiradas. As imagens capturam movimentações realizadas em uma agência do Sicoob estabelecida nas dependências do TCE-MT, evidenciando saques em dinheiro vivo totalizando R\$ 3.520.600.

De acordo com os autos, em pelo menos seis oportunidades, os valores sacados foram entregues a Adriangelo Barros Antunes, secretário executivo de comissão permanente do Tribunal e ex-cunhado de Sérgio Ricardo. Os investigadores apontam que Roseli desempenhava papel central nas operações com dinheiro em espécie vinculadas ao suposto esquema investigado.

A assessora ocupa o cargo de chefe de gabinete do presidente do TCE-MT desde janeiro de 2024, porém sua trajetória profissional com Sérgio Ricardo remonta a períodos anteriores. Conforme documentação analisada pela justiça, Roseli trabalhou na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) quando o conselheiro exercia mandato de deputado estadual. Também constam antecedentes de vínculo empregatício com a irmã do presidente do Tribunal.

Movimentações Anteriores à Procuração Bancária

Um aspecto que despertou particular atenção dos investigadores envolve operações realizadas por Roseli em contas de Sérgio Ricardo antes mesmo de ela receber procuração bancária formal. Conforme apurado pela Polícia Federal, a servidora apenas obteve procuração bancária do presidente do TCE-MT em outubro de 2025, embora já executasse saques em contas ligadas a ele desde 2024.

Entre as operações documentadas estão uma retirada de R\$ 200 mil em fevereiro de 2024 e outra de R\$ 340 mil em abril daquele ano. A investigação identificou ainda procedimentos executados por Roseli em celular que, segundo os agentes federais, seriam compatíveis com utilização de biometria facial de Sérgio Ricardo para autorizar transações financeiras.

Os investigadores documentaram que a servidora operava contas das quais não era titular, movimentando recursos sem manter vínculo bancário próprio relevante com a instituição financeira. Para o ministro Og Fernandes, tais elementos caracterizam exercício de função operacional permanente nas retiradas e circulação dos valores sob investigação.

O magistrado realçou a relação de confiança estabelecida entre a servidora e Sérgio Ricardo, identificado pela Polícia Federal como suposto coordenador do esquema. Conforme avaliação do ministro, manter Roseli em liberdade representaria risco significativo às investigações, particularmente em razão da possibilidade de interferência na coleta de provas e pelo acesso contínuo que ela mantinha às contas bancárias do presidente do Tribunal.

Considerando tais fatores, Og Fernandes julgou insuficientes as medidas cautelares alternativas ao encarceramento, determinando sua prisão preventiva.

Detalhes da Operação Federal

A Operação Tomada de Contas foi deflagrada para investigar suspeitas de irregularidades administrativas, pagamentos indevidos a servidores e operações financeiras envolvendo integrantes do TCE-MT. Entre os principais investigados encontram-se o presidente Sérgio Ricardo, o consultor jurídico-geral Grhegory Paiva Pires Moreira Maia, além de outros servidores e conselheiros da instituição.

Segundo relatório da Polícia Federal, o suposto esquema envolvia transferências milionárias realizadas diretamente das contas do Tribunal por meio de ordens bancárias isoladas e canais normalmente utilizados para fornecedores. Parcela substancial desses recursos teria sido posteriormente convertida em dinheiro em espécie e movimentada por indivíduos ligados à gestão do órgão.

A investigação mapeou aproximadamente 150 saques em dinheiro vivo, que alcançam R\$ 15,6 milhões, realizados nas contas de Sérgio Ricardo entre janeiro e outubro de 2025. A análise das operações bancárias revelou ainda movimentações consideradas atípicas que ultrapassam R\$ 75,8 milhões no período analisado.

As apurações prosseguem com objetivo de delimitar a amplitude das supostas irregularidades e estabelecer a participação de terceiros envolvidos no caso.